



A EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA DOCENTE NO PIBID-DANÇA: A PRODUÇÃO DE METODOLOGIAS QUE CONVIDAM AS RUAS PARA A ESCOLA

Samuel Diego José da Silva – Discente do Curso de Dança e bolsista do PIBID-Dança da UFPE. E-mail: samuel.diego@ufpe.br
Danilo dos Santos da Silva - Discente do Curso de Dança e bolsista do PIBID-Dança da UFPE. E-mail: danilo.ssilva@ufpe.br
Yulliane Lauandah Gomes da Silva - Discente do Curso de Dança e bolsista do PIBID-Dança da UFPE. E-mail: yulliane.lauandah@ufpe.br
Thereza Larissa Moura Lemos de Barros - Discente do Curso de Dança e bolsista do PIBID-Dança da UFPE. E-mail: Thereza.larissa@ufpe.br
Diogo Lins de Lima - Docente da Rede Municipal de Ensino do Recife e Professor Supervisor do PIBID-Dança da UFPE. Email: diogo.1241478@prof.educ.rec.br
Letícia Damasceno Barreto - Docente do Curso de Dança da UFPE e coordenadora do PIBID-Dança da mesma instituição. Email: leticia.damasceno@ufpe.br

Em coletivo, decidimos criar um texto que reflita sobre as nossas experiências iniciais com a elaboração de práticas metodológicas para o ensino de dança, baseadas numa perspectiva decolonial, no contexto do Pibid-Dança da UFPE. Portanto, encruzilhamos os saberes de diferentes autores que nos ajudaram a pensar a educação a partir da relação corpo, rua e escola. São eles: Freire (2016); Rufino (2018) e Simas (2019). Além deles, as nossas escolhas são fundamentadas pela Lei nº 10.639/2003, e a Lei nº 11.645/2008, que alteraram a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9.394/96. Essas leis garantem a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas da educação básica.

Esses fundamentos são importantes para garantir um espaço de experimentação dentro do campo do PIBID-Dança na Escola Municipal em Tempo Integral Pedro Augusto, onde estamos elaborando nossas práticas metodológicas a partir desses preceitos epistemológicos. As experiências abordadas nesse resumo dizem respeito ao primeiro semestre de 2025 e ao início do segundo semestre. Neles trabalhamos com o Afoxé, Danças de Salão e as Danças Urbanas, nas turmas do 6º, 8º e 9º ano, respectivamente.



Para guiar o processo de ensino e encantamento dos corpos discentes referindo-se ao Afoxé, foram utilizados dois instrumentos presentes nesta arte, o agogô e o agbê e a própria cabaça são os objetos de encantamento utilizados na aula e provocaram nos alunos o interesse quase que instantâneo na materialidade do som e a curiosidade nos próprios objetos, sendo levados a criar eles próprios o ritmo que norteou as aulas e a espontaneamente alterar uma cabaça cortada ao meio para que se torne uma espécie de matraca, criando eles próprios um novo instrumento a partir da cabaça. A partir das exposições, contextualizações e interações com as materialidades dos sons o mesmo foi levado ao corpo.

Pensar as ruas com o forró no conteúdo Dança de Salão não foi diferente. A proposta de regência sobre este tema se deu no 8º ano com o período junino, impulsionando o ritmo que percorria a cidade do Recife entre os salões e quadrilhas juninas, para dentro da sala de aula. Pensamos que o forró encanta os corpos que pulsam no *dois pra cá, dois prá lá* e no *frente e trás*, que no decorrer das aulas muito pareceram integrados ao corpo dos alunos que os exploraram com liberdade. Metodologicamente o conteúdo Dança de Salão caminhou pela contextualização histórica reconhecendo a presença desta dança a partir da chegada das cortes europeias, o movimento se modificou com o contato de outros grupos sociais através da colonização e entre esses ganhou sua própria forma e maneira de dançar em par ou em dupla.

Os debates das aulas delinearam-se, pela própria recepção e indagação dos alunos, a questionamentos em torno de temas como gênero e sexualidade, onde termos como *conduzir*, *ser conduzido* e *condução compartilhada* somaram para uma reflexão da possibilidade de um não-binarismo na Dança de Salão, ato evidenciado nas práticas de dança entre os alunos, que a sua própria escolha compartilhavam os passos com suas duplas.

O 9º ano, por sua vez, trabalhamos com as Danças Urbanas. Com essa base, as aulas sobre Bregafunk convidaram os alunos para se moverem de uma maneira já conhecida. No espaço escolar, esse estilo de música e dança é muito presente no dia a dia dos estudantes, sendo ouvido e dançado por parte significativa deles. Soma-se a isto o



fato de que o estilo se origina na periferia e também consolida como prática cultural, artística e social deste espaço. Além disso, vale ressaltar que em suas músicas frequentemente é abordado situações das realidades em que as pessoas das comunidades vivenciam, enquanto na dança, é incorporado o repertório corporal de seus dançarinos, ao qual se agregam elementos de outras danças urbanas e populares, como o Frevo.

A inserção do brega funk tem como objetivo, como elaborar metodologias que considerem seus fundamentos e princípios, de modo a potencializar as práticas corporais já vivenciadas por estes discentes. Além disso, proporciona também um ambiente onde é estimulado a construção de um pensamento crítico acerca das questões sociais que atravessam o brega funk e os territórios periféricos nos quais ele se origina. A partir da compreensão desse cenário, nas aulas, foi trabalhado o contexto histórico do Brega funk, compartilhando informações sobre sua origem e sobre a forma como o estilo se estabelece culturalmente no Recife. Nesse processo, foram utilizados recursos audiovisuais, como vídeos de “batalhas de passinho”, possibilitando que os estudantes analisassem diferentes aspectos da prática, desde sua dimensão performática até questões mais amplas como gênero e pertencimento social.

As discussões também estimularam reflexões como as semelhanças e diferenças entre o Brega Funk e as demais danças urbanas, bem como as questões sociais e políticas, que atravessam as danças urbanas. Nas aulas práticas, foi aberto um espaço onde os estudantes pudessem compartilhar movimentações a partir de seus próprios repertórios corporais, de forma a valorizar a participação ativa e coletiva, geralmente através de rodas de dança. Diante disso, foi desenvolvido um processo de sistematização da dança, a fim de torná-la acessível no contexto escolar, porém sem esvaziar e desconsiderar os processos já estabelecidos na linguagem.



Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

RUFINO JUNIOR, Luiz Rufino. PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS. Periferia, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018.

SIMAS, Luiz Antonio. O Corpo Encantado das Ruas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

